

O sudoeste paranaense e a Doutrina de Segurança Nacional: a geopolítica em tempos de ditadura

JONATHAN MARCEL SCHOLZ*

Resumo

Em decorrência das lembranças dos 50 anos do golpe civil-militar e da implantação da ditadura militar no Brasil em abril de 1964, propõe-se para o presente artigo uma análise sobre as relações geopolíticas que o regime manteve para com o sudoeste do Paraná. Por meio da investigação de um documento produzido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), intitulado “O sudoeste paranaense e a Segurança Nacional”, para um ciclo de estudos realizados em 1970 na cidade de Curitiba, procurar-se-á problematizar tal documento à luz dos históricos problemas referentes à posse da terra no sudoeste do Paraná. Com autoria de Affonso Jorge Von Trompowsky (Coronel R-1 de Artilharia e chefe de Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina (DFZ-01/IBRA), a pequena cartilha mostra, de antemão, a importância atribuída pelos militares ao espaço sudoestino.

Palavras-chave: Sudoeste paranaense; ditadura militar; geopolítica.

Abstract

As a result of the 50 years reminding from the civil-military coup and the Brazil's dictatorship implantation in april 1964, aimed in the present article an analysis about the geopolitical relationship with the regime kept for the Paraná's south-west. By the investigation of a document made by graduates association from the War upper school (ADESG), entitled "the paraná's south west and the national security", to a period of studies realized in 1970 in Curitiba, sought to problematize its document guided by the historical problems related to the possession of the south west paraná's lands. Authored by Affonso Jorge Von Trompowsky (R-1 Colonel and Chief of Artillery District Land of Paraná and Santa Catarina (DFZ-01/IBRA), the small primer shows in advance the importance given by the military to the sudoestino space.

Key words: Parana's south-west; military dictatorship; geopolitical.



* JONATHAN MARCEL SCHOLZ é Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Introdução

O ano de 2014 é um ano emblemático para a história do Brasil. Decorridos 50 anos do golpe civil-militar¹ que instalou uma ditadura de iguais características no país, agora é um dos momentos oportunos para rememorar e refletir sobre tal período. É um instante convidativo para fazer um balanço da nossa história recente. Entretanto, esse momento de reflexão não pode e não deve ser restrito às universidades e escolas, e, sim, deve envolver,

principalmente, a sociedade em sua amplitude.

A sociedade civil, de um modo geral, deve estar inserida na pauta da discussão porque, primeiro, ela foi sujeito e ator do período. E, segundo, porque a questão da ditadura militar no Brasil envolve uma intensa batalha de memória. Em outras palavras, compreende-se que das diversas visões e ramificações sobre o fato, há por um lado, uma interpretação de que o regime foi, de fato, uma ditadura, e, que com base na expedição dos Atos Institucionais, perseguiu e torturou opositores políticos, censurou meios de comunicação, suspendeu eleições

¹ A expressão golpe “civil-militar” vem sendo adotada por vários especialistas na temática. Porém, não é um ponto consensual.

presidenciais, dentre outras práticas autoritárias.² Por outro prisma, há a variante de um discurso que afirma que os militares fizeram uma “revolução” e não um “golpe” visando proteger o Brasil do comunismo. Além disso, um viés deste discurso aponta que o regime militar não teria sido tão autoritário, pelo contrário, foi uma “ditabranda” - que não durou na prática 21 anos - e que se destacou por um significativo desenvolvimento econômico do país, através de um “milagre econômico” ocorrido durante a década de 1970.³

Em todo caso, para além dessa polêmica histórica (que envolve uma grande heterogeneidade de visões), nas últimas semanas, a mídia, de um modo geral, vem dando atenção e cobertura para o quinquênio do evento. Fazendo reportagens, documentários, entrevistas (com pessoas envolvidas) e matérias sobre o golpe e o regime instaurado subsequentemente, os jornais (impressos ou televisivos), as revistas e sites de notícias procuraram lembrar o fatídico dia de 31 de março de 1964.

² Para manter a discussão no campo da história e das ciências humanas, poderíamos lembrar-nos de uma corrente interpretativa comprometida, em grande medida, com tais perspectivas. Dentre vários nomes, sugere-se, preliminarmente, as obras “Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)” de Maria Helena Moreira Alves; “1964: A conquista do Estado (ação política, poder e Golpe de Classe)” de René Armand Dreifuss; o volume 4 de “O Brasil Republicano: O tempo da ditadura”, de organização de Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, “Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar” e “Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política” de Carlos Fico.

³ No editorial de 17 de fevereiro de 2009 (p. 02) do jornal Folha de São Paulo usou-se o termo “ditabranda” para amenizar e suavizar, digamos assim, o regime militar brasileiro.

No entanto, não existindo neutralidade possível, observou-se claramente que alguns meios de comunicação se mostraram mais preocupados com o legado obscuro que a ditadura deixou para a sociedade brasileira, notando os retrocessos democráticos e atentos com as atuais investigações empreendidas pela Comissão Nacional da Verdade, por exemplo. Já outros meios se mostraram mais desconfortáveis com a pauta, que, apesar de emblemática e mobilizar a sociedade civil (inclusive, com passeatas e eventos pró e contra golpe), noticiaram breves notas a respeito. E, ainda, alguns veículos de comunicação chegaram a negligenciar o assunto no dia 31 de março. Portanto, verifica-se que a presença ou a exclusão da notícia é sempre intencional. Privilegiam-se certos conteúdos em detrimento de outros. E assim vai se configurando uma perspectiva de nossa batalha pela memória da ditadura militar.

Os militares e a questão de terras no sudoeste paranaense

No campo dos estudos históricos, as investigações sobre o golpe militar e seu enredo de consequências e problemáticas, como, por exemplo, a progressiva implementação e a atuação do regime, a repressão e a censura, o envolvimento estadunidense no caso, ou ainda, a participação e o financiamento de empresários no projeto militar é muito bem estudado nas ciências humanas. Aliás, existe uma ótima literatura para as temáticas destacadas. Porém, boa parte dos estudos, concentra as análises na esfera macro, pensando a ditadura e suas implicações num espectro nacional. Ou seja, prioriza-se a interpretação analítica de como o regime atuou no contexto das capitais e

dos grandes centros urbanos. Em suma, focam-se os aspectos de grande amplitude e repercussão sociopolítica.⁴

No entanto, a questão é que o regime militar não esqueceu o interior brasileiro.⁵ Pelo contrário, os “rincões” da nação também eram uma preocupação para a caserna, principalmente porque “O período que antecedeu ao golpe de 1964 foi marcado por uma forte e extensa mobilização no campo, ocupando a reforma agrária o centro do debate político” (GRYNSZPAN, 2013, p. 319). Por isso, apesar das dificuldades de monitorar a vastidão de todo o território nacional, os militares receavam que as regiões afastadas dos grandes polos urbanos pudessem atrair os “subversivos” do regime. Com isso, não era vantajoso para os militares, em hipótese nenhuma, que os revolucionários influenciassem os agricultores e os camponeses a se rebelar ou contestar a ordem vigente.

Prova disso, foi a realização de um ciclo de estudos em Curitiba, durante o ano de 1970, patrocinado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)⁶, que discutia o sudoeste paranaense. Para os debates, uma espécie de cartilha, com 31 páginas, foi escrita e organizada por Affonso Jorge Von Trompowsky

⁴ Porém, não quer se sustentar que não existam estudos sobre a ditadura militar em regiões periféricas. Existem sim e em quantidade razoável, inclusive, sobre a repressão no campo durante o regime militar.

⁵ A obra “Retrato da repressão política no campo, Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos”, de autoria de Ana Carneiro e Marta Ciocari e lançado em 2010, traz à tona esta perspectiva.

⁶ Vale lembrar que a ADESG era a representação institucional da ESG (Escola Superior de Guerra) em nível estadual (BORGES, 2013, p. 36).

(Coronel R-1 de Artilharia e chefe de Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina (DFZ-01/IBRA). Nesse sentido, de início, perguntamo-nos: Qual era o interesse dos militares em estudar e investigar o sudoeste do Paraná? O que essa região, afastada dos grandes centros urbanos, tinha de tão importante para chamar a atenção do regime militar?

Primeiramente, fazendo uma breve cronologia do sudoeste paranaense, é importante dizer que a região citada é uma área que tardiamente foi colonizada pelo Estado. Para se ter uma ideia, no início do século XX, o sudoeste paranaense contava com aproximadamente três mil habitantes. Essa densidade demográfica se caracterizava, para além de grupos indígenas que se espalhavam heterogeneamente pelo território, por indivíduos que não haviam nascido na região. Eram principalmente “caboclos” e agregados das fazendas de gado dos campos de Palmas; refugiados da guerra do Contestado e ainda, em número pequeno, colonos oriundos do Rio Grande do Sul. (ABROMOVAY apud PEGORARO, 2008, p. 46). Wachowicz (1987, p. 58) completa esse quadro dizendo que de 1900 a 1920 a população sudoestina dobrou, passando de 3.000 para 6.000 pessoas. Esse acréscimo populacional se devia, em grande parcela, à chegada de peões e agricultores da região de Guarapuava e dos Campos Gerais; de argentinos e paraguaios à procura de erva-mate e até de foragidos da justiça paranaense, catarinense, sul-rio-grandense e argentina.

Porém, apesar desse descaso estatal que marcou o início da colonização sudoestina, Trompowsky (1970, p. 5) afirma na introdução da cartilha que o

sudoeste do Paraná “[...] interessa sobremaneira às autoridades federais e estaduais”. Segundo o coronel de artilharia, o interesse principal se justificava pela problemática da questão de terras:

Trata-se do problema de terras no sudoeste paranaense, que já no passado, como veremos em capítulos seguintes, gerou graves perturbações da ordem pública, naquele rincão, formado pelos rios Iguaçu e Paraná. A interdependência aqui enfatizada, entre o ‘Desenvolvimento’ e a ‘Segurança’ justificam a inclusão do tema no elenco de conferências para este Ciclo de Estudos (TRAMPOWSKY, 1970, p. 5).

Nesse sentido, o problema de terras ao qual Trompowsky se refere, diz respeito a eventos que marcaram diretamente o processo colonizatório do sudoeste do Paraná. Para isso, deve-se lembrar de que a questão territorial é, digamos, o fio-condutor da história da região sudoeste. Isto porque se entende que a sua colonização foi sendo permanentemente empreendida em torno da luta pela terra e pelas fronteiras (SCHOLZ, 2014).

Para explicar melhor, é coerente recordar que em fins do século XIX, por exemplo, a faixa territorial que hoje se refere ao sudoeste paranaense e ao oeste catarinense fizeram parte de um imbróglie diplomático entre Brasil e Argentina, chamado a *Questão de Palmas*. De modo geral, a partir da interpretação dessas fronteiras (que se remetia aos tratados luso-castelhanos de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777)) o governo argentino se considerava detentor destes territórios, já que, também, vários de seus cidadãos desenvolviam atividades extrativas nessa área. Porém, após muitas

interpretações e desdobramentos jurídicos, o então presidente estadunidense Grover Cleveland mediou o caso e deu parecer favorável ao Brasil, o chamado *Uti Possidetis*, entendendo que, desde as primeiras décadas do século XVIII, uma frente pastoril, vinda dos campos de Palmas, se estabeleceu nessas áreas de divisa. A forma de retribuição brasileira pela decisão, inusitadamente foi batizar um dos seus municípios sudoestinos posteriormente com o nome de “Clevelândia” (WACHOWICZ, 1987).

No entanto, para Trompowsky, um dos eventos-chave da colonização sudoestina e que merece uma atenção especial é a guerra do Contestado. Destinando duas páginas e meia da cartilha somente para falar do conflito, o autor traça uma cronologia do fenômeno (privilegiando as memórias dos comandantes militares que participaram) e classifica o Contestado como “guerra dos fanáticos”.

Para ele, o Contestado é “[...] um exemplo histórico da guerra das guerrilhas em nossa terra, e que tantos ensinamentos pode proporcionar, pela atualidade que adquiriu este tipo de operações, no contexto da Guerra Revolucionária” (TROMPOWSKY, 1970, p. 7). Em outras palavras, o coronel queria dizer que o sudoeste paranaense deveria ser monitorado de perto porque no Contestado (1912-1916), que deixou momentaneamente instável as delimitações territoriais entre Paraná (sudoeste/sul) e Santa Catarina (oeste), a atuação de “guerrilhas” poderia ser uma reminiscência que influenciaria as novas guerrilhas comunistas no pós-64. Além disso, aprendendo como os bandos armados agiram no panorama da “guerra sertaneja”, os militares entenderiam

mais facilmente os modos de ação das atuais guerrilhas.

Seguindo a trajetória dos conflitos territoriais no sudoeste paranaense é interessante observar, ainda, que a homologação das divisas (resultantes da guerra do Contestado), não foi bem recebida pelas elites paranaenses da região disputada. Agora em jurisdição catarinense, temia-se uma retaliação do governo de Santa Catarina para com aquela região, antes paranaense. As elites paranaenses do Contestado acreditavam que todo o desfecho político e jurídico criado em torno das divisas estaduais comprometeria o futuro daquele espaço. Por isso surgiu a ideia, protocolada na Assembleia Legislativa do Paraná, de criar um estado independente nessa área: O Estado das Missões. Porém, tal ideia não agradava o governo federal, o Paraná e muito menos Santa Catarina, que poderia ser reduzido a uma mera faixa litorânea. Com isso, através das negociações interpeladas pelo presidente Wenceslau Braz, definiu-se finalmente as divisas entre Paraná e Santa Catarina. Estabeleceu-se que por volta de 20.000 km² ficaria para o primeiro e 28.000 km² para o segundo.

Passado esses embates, esperava-se que os litígios territoriais no sudoeste do Paraná cessassem. Mas não foi isso que aconteceu. As décadas de 1920-1930 reacenderam na intelectualidade nacional uma (velha) discussão sobre a redivisão administrativa do território brasileiro. Nessa eterna briga com as “linhas” e os mapas, entendeu-se que o país deveria criar territórios federais em regiões de fronteira. E assim, por fazer divisa com a Argentina, o sudoeste era contemplado mais uma vez. Priori (2012, p. 60) afirma que:

A partir de 1943 foram criados territórios federais em todo o país, sendo um deles o do Iguazu, que, por curto período de tempo, abrangeu territórios dos atuais domínios do Paraná e de Santa Catarina. O decreto-lei n° 5812, de 13 de setembro de 1943, foi o mecanismo legal responsável por desmembrar o Paraná e Santa Catarina para dar origem ao Iguazu.

A intenção original dos territórios federais era povoar e colonizar o mais rápido possível essas áreas de fronteira internacional, em grande medida, abandonadas pelo Estado e usurpadas pelos países vizinhos. Assim, ligado intimamente ao projeto nacionalista e expansionista de Getúlio Vargas, o Território Federal do Iguazu englobava as áreas territoriais do sudoeste e oeste paranaense. Ou seja, novamente o sudoeste estava imbricado em disputas e projetos territoriais e não conseguia se firmar enquanto uma região geopolítica autônoma e definida dentro do Paraná.

Não muito tempo depois, mais especificamente em 1957, a propalada *Revolta dos posseiros* deflagrou, em última escala, os problemas envolvendo a posse da terra no sudoeste do Paraná. E tratando sobre a revolta no sétimo subcapítulo da cartilha, “Agitações rurais recentes”, Trompowsky (1970, p. 23) afirma: “Em 1957 graves ocorrências tiveram lugar com um levante de posseiros”.

Num panorama amplo, a questão central era de que certas companhias imobiliárias de capital privado (CITLA, APUCARANA e COMERCIAL), sendo intimamente ligadas ao governo de Moises Lupion, começaram a trabalhar no sudoeste e se pronunciar enquanto donas legais daquelas terras. Enquanto isso, elas exigiam que os colonos

regularizassem a situação de suas posses perante a compra ou a venda das mesmas. O problema é que grande parte dos colonos já havia pagado a sua terra para os posseiros anteriores. Por outro lado, os colonos fixados pela CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) não se negavam a pagar, desde que a escritura da terra fosse legal e a mesma fosse cobrada a um preço justo (WACHOWICZ, 1987, p. 169). Nesse quadro, as companhias começaram utilizar grupos de “jagunços” armados para pressionar e exigir o pagamento dos colonos através da violência e coerção física.

Sobre isso, Trompowsky (1970, p. 24) argumenta:

Os distúrbios de agosto de 1957 poderiam ser assim resumidos: Centenas de colonos estão escondidos nas matas a fim de escapar à ação dos jagunços a serviço de Cias. Colonizadoras. Muitos colonos, porém, cansados dos vexames e, não mais confiando na ação das autoridades estaduais, estavam dispostos a reagir e enfrentá-los.

Ainda assim, apoiados pelos políticos regionais da UDN e PTB e de outros profissionais liberais, os colonos resistiam à cobrança impostas pelas companhias. Porém, sem o aval dos meios legais (autoridades policiais e políticas) para a resolução da questão, os colonos resolveram “fazer justiça com as próprias mãos”. O confronto armado com os jagunços e, sobretudo, a queima dos escritórios das companhias (espalhando os arquivos e documentos pelas ruas) se configurou como um ato simbólico muito forte dessa revolta. O problema é que, após as decisões políticas e jurídicas serem favoráveis aos colonos, os mesmos ficaram

desemparedados e sem a documentação legal de suas terras até 1962, quando o então presidente João Goulart esteve *in loco* para acalmar os ânimos inflamados e organizar e estabelecer as diretrizes políticas em relação às terras do sudoeste do Paraná.⁷ Em todo caso, esse cenário demonstrava a amplitude que a temática territorial assumia no sudoeste do Paraná.⁸

Destarte, os problemas territoriais ainda não estavam completamente resolvidos, como bem lembra Wachowicz (1987, p. 125): “O levante dos posseiros, em 1957, veio possibilitar a restauração da ideia separatista”. O descaso e a morosidade com que o sudoeste paranaense e oeste catarinense sofreram historicamente do Estado brasileiro, aliado às reminiscências do Território Federal do Iguazu e do Estado das Missões, impulsionava novamente, a partir da década de 1960, a criação de um movimento liderado por políticos e profissionais liberais que visava a autonomia política das referidas regiões, o Estado do Iguazu. Desse modo, com a constituição da Comissão Executiva Pró Criação do Estado do Iguazu (CODEI) em 1962, tal ideia ganhava brevemente repercussão. Contudo, o projeto esbarrava em uma série de problemas. O primeiro percalço foi jurídico. Pelo art. 2º da Constituição de 1946, a criação de novas unidades federativas

⁷ A criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) foi fundamental nesse enredo.

⁸ Sobre a revolta dos posseiros no sudoeste paranaense indica-se a dissertação de mestrado, defendida em 2009 na UEM, “*Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico*. A revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões” de Silvia Maria Amâncio e “*Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*” de Evelyn Pegoraro.

dependia da aprovação de plebiscito pelas Assembleias Legislativas. Isto é, dificilmente as assembleias do Paraná e de Santa Catarina acatariam um pedido de plebiscito que visasse desmembrar os próprios estados. O segundo problema é que, mesmo com a Constituição Federal de 1967 delegando ao Congresso a sanção de novas unidades federativas e não mais as Assembleias Legislativas, o projeto de Estado do Iguazu esbarrava no apoio popular. Quem levava a ideia adiante eram políticos e profissionais liberais urbanos, advogados, contadores, engenheiros e jornalistas, principalmente do centro urbano de Pato Branco, e não a população rural, a qual era a maior parcela dos habitantes do pretendido estado. Mesmo com intensa propaganda jornalística, inclusive sul-rio-grandense apoiando a causa, a própria classe política dos municípios não queria se comprometer com tal investida. Assim, somados tais itens à instituição do Ato Institucional nº 5, o projeto de Estado do Iguazu implodia rapidamente.

Um relato de experiência do coronel Trompowsky

A partir do cenário geral das questões territoriais que marcaram o processo histórico do sudoeste, Trampowsky vai elaborar o seu plano de estudos visando sempre a estabilidade, a segurança e o desenvolvimento da referida região. Aspectos estes que estão intimamente ligados à implantação da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, e que são, inclusive, conceitos-chave do sistema forjado pelos militares. Segundo Borges (2013, p. 34) “De acordo com os postulados da Doutrina, para o exercício da política, os militares devem ser conduzidos a adquirir conhecimentos sobre matéria de

segurança interna e descobrir todos os aspectos da vida social, econômica e política”. Logo, problematizando tais noções e expandindo as ideias de “reforma agrária”, “conceitos doutrinários”, “fatores adversos” e “estabilidade para o desenvolvimento”, o coronel procura difundir um relato de experiência à frente da chefia do Distrito de Terras Paraná-Santa Catarina.

Nesse sentido, evocando as dificuldades práticas do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), como, por exemplo, as constantes resistências dos agricultores ao instituto, Trompowsky (1970, p. 17), em tom de desabafo, afirma: “Acreditem, meus senhores, o problema da regularização de terras no SO é difícilimo e requer medidas adequadas e rápidas para a sua solução”.

Dessa forma, é pertinente notar que a carência de regularização das terras afetava diretamente o desenvolvimento da pretendida reforma agrária. Por isso, para Trompowsky (1970 p. 13), a missão do IBRA era, no momento, “[...] ‘consertar’ uma situação irregular de povoamento existente [...]”. Assim sendo, neste trabalho de reparo, priorizava-se a regularização das questões possessórias, a racionalização da agricultura e a medição dos lotes rurais.

Quanto às propostas para a reforma agrária, vale refletir, brevemente, sobre uma contradição intrínseca do discurso militar. Trompowsky afirma: “Tão explorada no governo anterior à revolução de 1964, usada como elemento de agitação dos meios rurais brasileiros, encontrou a REFORMA AGRÁRIA (sic) sua estruturação democrática no ‘Estatuto da Terra’[...]” (TROMPOWSKY, 1970, p. 13). Quer

dizer, além de o militar declarar categoricamente que o governo anterior, ou seja, o governo de João Goulart, usava a reforma agrária para tumultuar os meios rurais, ele também afirma que a reforma agrária tem sua elaboração 'democrática' no estatuto da terra. Entretanto, deve-se notar, de antemão, que apesar da importância normativa do Estatuto, ambos os projetos compartilhavam muitos interesses sóciopolíticos em sua estruturação. De acordo com Bruno (1995, p. 10): "Por certo o Estatuto contém importantes elementos de continuidade com relação ao período anterior à sua formulação e aprovação, pelo governo militar".

Mesmo assim, Trompowsky (1970, p. 13) assegurava que o IBRA combatia o latifúndio improdutivo como o minifúndio incapaz de uma produção comercial. Questões que, na prática, sabe-se que não foram plenamente empreendidas. Sobre tais relações, Bruno (1995, p. 29) afirma:

O Estatuto por exemplo, definiu latifúndio com base na improdutividade e na dimensão, é certo, mas desencarnou do conceito os atributos outorgados pelo movimento camponês: o latifúndio como expressão da violência e da sujeição. A lei estabeleceu a propriedade familiar como base da reforma agrária, é verdade, mas delegou à grande empresa rural a função condutora da modernização e único exemplo eficaz do uso racional da terra.

Em todo caso, além dos problemas com a concretização da reforma agrária, o coronel entendia que existiriam "fatores adversos" que travariam a resolução dos problemas territoriais no sudoeste paranaense. Listando doze itens e dando uma atenção especial as problemáticas que envolvem os possíveis subversivos

do regime, Trompowsky (1970, p. 20) destacava os "Reflexos danosos que ainda perduram na mente dos caboclos, da propaganda subversiva de que foram alvo na questão agrária, pelo governo anterior à revolução de 31 de Março de 1964, cujo único intento era agitar, subverter a ordem e comunizar o Brasil". Em outras palavras, o regime precisaria, para o coronel, estar atento para a possível influência subversiva nos campos do sudoeste do Paraná. Esse seria um obstáculo para o sucesso do trabalho do IBRA, já que a propaganda de Jango, dita comunista, ainda ecoava nas mentes camponesas. Da mesma maneira, a proximidade da região com a fronteira internacional facilitaria, além do contato com agentes do comunismo internacional e subversivos brasileiros asilados nos países vizinhos, a fuga dos agitadores pelo meio rural (TROMPOWSKY, 1970, p. 20).

Nesse horizonte, são dignas de nota, igualmente, as defasagens mencionadas acerca da estrutura político-administrativa do Estado. Para Trompowsky (1970) a morosidade da justiça para resolver ações e embargos sobre a legitimidade de títulos expedidos pelo Estado (ou outras questões territoriais pendentes de solução), os atos arbitrários de certos juízes, a falta de policiamento, as criações de municípios sem as condições administrativas mínimas indispensáveis, ou ainda, a falta de vias de transporte e comunicação, eram elementos que, ao impossibilitar progressivamente as resoluções estatais, se tornavam muito desfavoráveis à própria ação do distrito de terras Paraná-Santa Catarina.

Posteriormente, aliado a tais fatores desfavoráveis, o autor recorda das "agitações rurais recentes" no Paraná.

Servindo de alerta para o governo militar, Trompowsky (1970, p. 26) ao analisar os problemas ocorridos na região de Jaguapitã (norte do estado), em 1947, as emblemáticas revoltas de Porecatu, em fins de 1950, e a revolta dos posseiros (sudoeste do estado) em 1957, o caso “Jefferson Cardim” e, por fim, a guerrilha de Registro,⁹ acredita que tais fenômenos “[...] vem comprovar a existência no Paraná, de um clima propício à simbiose de fatores adversos em antagonismos, não só devido às características topográficas como também aos desajustes existentes ainda nas questões de propriedade de terra”. Ou seja, isso significa que, para o coronel, tais turbulências socioterritoriais evidenciavam, que o Paraná, de modo geral, e o sudoeste, especialmente, eram espaços instáveis (inclusive, devido as regiões de fronteiras internacionais) e com históricos de problemas dignos de atenção pela parte militar. Todo o cuidado era necessário.

A seguir, ligada a esta argumentação, Trompowsky se dedica ao subcapítulo que nomeia como “estabilidade para o desenvolvimento”. O interessante é que, amparado nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional¹⁰, o coronel

⁹ Sobre estes dois últimos fatos, menos conhecidos, é válido comentar que, segundo Trompowsky (1970, p. 25-26), Jefferson Cardim era um ex-coronel do exército, expulso da corporação por um dos Atos Institucionais e que cometeu vários atos de violência contra pequenos destacamentos militares no Rio Grande do Sul. Fugiu para o sudoeste paranaense. Já a guerrilha de Registro ocorreu na região de mesma denominação em 1970, ou seja, durante o ano de realização do ciclo de estudos sobre a região sudoeste.

¹⁰ As diretrizes da Doutrina são responsáveis, inclusive, pela elaboração dos chamados “conceitos doutrinários”. São eles: os “fatores adversos”, os “antagonismos”, as “pressões”,

formula 12 observações que, sendo trilhadas e obedecidas com rigor, trariam a segurança e o progresso para o sudoeste do estado. Dentre elas, a primeira observação é crucial. Diz ela: “Uma **campanha de esclarecimento** (grifos do autor) dos posseiros, mostrando-lhes os objetivos sadios dos que se empenha em implantar uma **reforma agrária** (grifos do autor) em moldes compatíveis com a democracia; um dos nossos objetivos Nacionais Permanentes (contra-propaganda)” (TROMPOWSKY, 1970, p. 27). Quer dizer, a estabilidade e o futuro da região passam por uma, digamos, “conscientização” dos posseiros. Desse modo, entende-se que a campanha, dita de esclarecimento, nada mais é que, um compromisso ideológico do regime. Além disso, procura-se convencer o agricultor, a todo custo, que os militares iriam desenvolver uma reforma agrária plena que resolvesse os problemas do campo.

Em todo caso, vale ressaltar que tais observações de “segurança” estão intimamente ligadas com os ditos “fatores adversos”. Isto é, os protocolos de segurança se constroem em razão de componentes desvantajosos que preocupam o regime. Nesse sentido, reafirmando os entraves administrativos e jurídicos da questão territorial sudoestina e os problemas estruturais da região, Trompowsky (1970, p. 28) destacava, por fim, o papel fundamental do rádio nesta formalidade de segurança, para alcançar as mais longínquas áreas agrícolas do país e as integrar regionalmente.

que respondem, em grande medida, pelo arcabouço teórico do regime.

Com isso, em sua conclusão, Trompowsky finalmente (1970, p. 29) declara:

Esperamos ter alcançado nosso desidrato, que era chamar a atenção para um problema, que reputamos grave, caso as medidas corretivas adequadas não sejam adotadas, pelo perigo latente representado pela instabilidade do agricultor, naquele esplêndido celeiro que é o sudoeste paranaense.

Desse modo, fica evidente que há, de fato, uma preocupação do coronel Trompowsky com o tema. Por isso a necessidade, para ele, da realização do ciclo de estudos. Além disso, ao admitir também a importância da região destacada enquanto “esplêndido celeiro”, reiterava-se, indiretamente, o reforço no monitoramento do sudoeste paranaense. As possíveis agitações no meio rural, influenciadas pelos comunistas, não poderiam abrir precedentes para uma quebra na produção agrícola do país.

Por fim, deixando algumas perguntas em aberto, o autor não deixa de esboçar algumas críticas à burocracia governamental. Para ele, enquanto diretor do distrito de Terras Paraná-Santa Catarina, o órgão necessitaria de uma maior autonomia para encaminhar as resoluções territoriais da região sudoeste. Como também, o recém-criado INCRA não poderia confinar os seus trabalhos apenas nos escritórios da instituição. Ele precisaria ser atuante em sua prática, já que “É no meio rural que se pode sentir o problema em toda a sua plenitude e aplicar os meios disponíveis com objetividade e presteza” (TROMPOWSKY, 1970, p. 29).

Considerações finais

O golpe civil-militar e a subsequente instauração da ditadura são dois temas-chave da história recente do Brasil. São processos históricos que sempre (ou quase sempre) estão na pauta de investigações dos historiadores brasileiros. Além disso, ganharam ainda mais notoriedade nas últimas semanas devido à comemoração de 50 anos dos eventos destacados.

Trazendo à tona uma série de controvérsias e questionamentos, a comemoração do golpe e da própria atuação do regime militar, como um todo, ensejou, em última instância, uma batalha pela memória dos anos 1964-1985. Ou seja, isso significa que não há um consenso na sociedade brasileira sobre o período. Os grandes meios de comunicação de massa, por exemplo, como um dos “termômetros” sociais, vem demonstrando uma profunda ambiguidade sobre a temática, ora, com algumas mídias condenando e, em outro momento, com certos veículos de comunicação anistiando os militares.

Porquanto, como o assunto não está plenamente finalizado, muitas questões carecem, ainda, da investigação mais minuciosa dos historiadores, inclusive, sobre a atuação da caserna no interior brasileiro. O presente artigo teve esse desafio pela frente, demonstrando, na medida do possível, a preocupação dos militares com o sudoeste paranaense, através da análise de uma cartilha, confeccionada pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) para um ciclo de estudos na delegacia do Paraná, sediada em Curitiba, no ano de 1970, intitulada “O sudoeste paranaense e a segurança nacional”. Com autoria do coronel R-1 de artilharia Affonso Jorge Von

Trampowsky¹¹, diretor à época do distrito de Terras Paraná - Santa Catarina, o escrito é, em última análise, uma evidência documental que atesta o interesse e a precaução que os militares tiveram com uma região periférica do país, o sudoeste paranaense.

Assim, atento à problemática e histórica questão de terras na região, Trompowsky destacava, de modo geral, que “fatores adversos” deveriam ser controlados e vigiados para que o sudoeste não perdesse sua vocação de “esplêndido celeiro”. Isto é, seu potencial agrícola não poderia ser desperdiçado por agitações rurais influenciadas por subversivos do regime. Para isso, o coronel segue um programa, digno de manual, mostrando aos participantes do ciclo de estudos desde a trajetória histórica da região, sua colonização e seus confrontos pela terra, até os métodos adequados (leia-se estratégicos) para manter a estabilidade e a segurança do referido espaço.

Com isso, construindo um relato de experiência à frente das atividades do distrito de terras de fronteiras entre Paraná – Santa Catarina, o coronel procurar aliar a sua prática aos ideais da Doutrina de Segurança Nacional. Desse modo, sobre a manutenção da estabilidade e da segurança no sudoeste paranaense, Trompowsky combina os esforços vivenciados *in loco*, como, por exemplo, a relação dificultosa com os agricultores na tentativa de regularização das posses territoriais, ou ainda, as dificuldades infraestruturais

encontradas nos municípios recém-emancipados (falta de estradas e meios de comunicação principalmente) com os valores de segurança interna e combate aos comunistas baseados em conceitos doutrinários.

Por fim, é notável observar que, sustentado pelo binômio “desenvolvimento e segurança”, Trompowsky defende enfaticamente a reforma agrária aos moldes ‘democráticos’ do regime militar. Dessa maneira, apesar de procurar a refutação das teses de reforma agrária dos sistemas que ele nomeia enquanto “socialistas-totalitários” (1970, p. 30), o coronel é crítico, na medida do possível, com a burocracia administrativa do governo militar, que impede e trava naquele momento, a plena resolução dos problemas agrários do sudoeste paranaense. A falta de autonomia dos órgãos responsáveis pelas problemáticas territoriais, como o distrito de terras Paraná -Santa Catarina, era condição delimitadora do trabalho para Trompowsky.

Portanto, como conclusão, verifica-se que, através de um chamado “ciclo de estudos” (que mais parece uma missão de guerra), a caserna esteve atenta e monitorou de perto os problemas territoriais e agrários do sudoeste do Paraná. Ou seja, tal contexto é mais uma evidência de que os militares não se preocupavam somente com as capitais e os grandes centros urbanos. Mesmo com outra dinâmica de atuação, o interior e as pequenas cidades estavam sendo controladas estrategicamente pela estrutura militar. Com isso, responde-se, parcialmente, aos desavisados que insistem em dizer que nas pequenas cidades interioranas não houve ditadura. Podia-se sentir e vivenciar a ditadura, digamos assim, de outra maneira, mas

¹¹ Nas páginas iniciais do documento é apresentado o currículo do coronel, revelando sua formação (inclusive, com cursos realizados na Anti-Aircraft Artillery School (USA)), atividades e trabalhos desenvolvidos dentro das Forças Armadas. Possuía também condecorações militares.

nem por isso ela deixou de ser implacável. Conseqüentemente, o histórico de agitações rurais e de descontentamentos no campo no Brasil eram significativos a ponto de gerarem muita desconfiança e apreensão nos quartéis.

Referências

BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.

BRUNO, R. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5, novembro 1995: 5-31. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/80/76>. Acesso em: 10 mar. 2014.

GRYNSZPAN, M. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, J;

DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 315-348.

PEGORARO, E. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*. Guarapuava: Unicentro, 2008.

PRIORI, A. et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

SCHOLZ, J. M. *Elites locais e experiências plebiscitárias no sudoeste do Paraná (1960-1968)*. 2014, 200f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2014.

TROMPOWSKY, A. J. V. *O sudoeste paranaense e a segurança nacional*. ADESG, 1970.

WACHOWICZ, R. .C. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e colonização*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

Recebido em 2014-04-23
Publicado em 2014-09-12